



32056809



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 29/05/2025	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Eliza Pimentel da Costa Simões	GM
Manoel Carlos de Almeida Neto	SE
Hugo Teixeira Montezuma Sales	CONJUR
Sérgio Gomes Velloso	OUV
Pedro Henrique Viana Martinez	SAJU
Marivaldo de Castro Pereira	SAL
José Vinícius de Sousa	SEDIGI
João Pimenta Staub	SENACON
Marta Rodriguez de Assis Machado	SENAD

Patrícia Lamego de Teixeira Soares	SENAJUS
Antônio Glautter de Azevedo Moraes	SENAPPEN
Isabel Seixas de Figueiredo	SENASP
Marcelo do Nascimento Martins	PF
Alberto Raposo Neto	PRF
Arthur Pereira Sabbat	ANPD
Ricardo Medeiros de Castro	CADE
Adenisio Alvaro Oliveira de Souza	AECI
Adriana Marques	ASPAD
Débora de Souza Januário	SAA
David de Lima Freitas	SPO
Solange Berto de Medeiros	STI

PAUTA:

1. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;
2. Controle Interno;
3. Planejamento e Orçamento;
4. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2024-2027: PRF e Senasp;
5. Planejamento das Contratações;
6. Tecnologia da Informação e Comunicação;
7. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, Sr. Manoel Carlos, realizou a abertura da primeira reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE de 2025, agradecendo a presença dos participantes e destacando a relevância do encontro, bem como o papel central do colegiado na definição das diretrizes estratégicas do Ministério.

2. Dando início à pauta, o Coordenador-Geral de Controle Interno, Transparência, Integridade e Riscos da Assessoria Especial de Controle Interno – AECl, Sr. Adenisio Álvaro, informou sobre a atualização do Programa de Integridade, a fim de alinhar ao Planejamento Estratégico 2024-2027 e a estrutura organizacional atual do Ministério. Informou quanto ao monitoramento dos planos institucionais, anteriormente realizados por meio de processos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI e planilhas consolidadas, que passaram a ser acompanhados pelo módulo do Sistema e-CGU cedido para uso interno, garantindo maior segurança e eficiência. O sistema facilitará uma gestão mais eficaz e integrada com as áreas responsáveis, abrangendo o Plano de Integridade, o Programa Federal de Ações Afirmativas, o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação e o Plano de Dados Abertos. Informou também sobre a realização da Oficina de *Foresight* em Segurança Pública, promovida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, nos dias 15 e 16 de maio de 2025, iniciativa de antecipação de cenários de longo prazo, que visa alinhar o discurso estratégico entre unidades do Ministério (Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, Secretaria Nacional de Justiça – SENAJS, Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF) e entidades externas como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. A Assessoria Especial de Controle Interno vem acompanhando os trabalhos, juntamente com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, que tem como objetivo evitar conflitos com o planejamento institucional e manter um discurso institucional coeso. Ressaltou que o processo envolve diversas etapas, sendo previstas entregas importantes para os meses de julho, setembro e dezembro, com posterior consolidação do documento pelo TCU. A iniciativa encontra-se na fase de mapeamento de sinais e megatendências, com reuniões entre o Tribunal e as áreas do MJSP.
3. Em complementação, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, reforçou a orientação do TCU para que a Secretaria-Executiva – SE participe de todas as reuniões, sugerindo que os envolvidos tenham como referência o trabalho realizado para a Estratégia Brasil 2050, exercício de planejamento de longo prazo desenvolvido pelo Ministério sob a coordenação do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO. Alertou para a necessidade de que as contribuições estejam alinhadas ao planejamento institucional, evitando fragilidades e distorções.
4. Na sequência, o Sr. David de Freitas apresentou aspectos relacionados ao planejamento e orçamento do Ministério. Iniciou acordando acerca do Balanço de Restrições Contábeis referente ao 1º quadrimestre de 2025, com alerta às unidades. Informou sobre a disponibilidade de painel para acompanhamento de tais informações, bem como do apoio da SE para a realização de capacitações e reuniões presenciais, o que vem contribuindo para a redução de tais números ao longo dos

anos. Em seguida, tratou do orçamento de 2025 e os empenhos realizados até o momento. Comunicou que, a partir de 30 de maio, seria publicado o decreto de programação orçamentária e financeira, definindo os limites de execução entre junho e novembro. Sobre o bloqueio de recursos, informou que, apesar das tratativas junto à área econômica e à Casa Civil, ainda não há definição oficial, mas que os valores de restrição seriam divulgados em breve. Na ocasião, o Subsecretário tratou também sobre emendas parlamentares, reiterando às unidades acerca do envio dos Comunicados nº 11 e nº 12, que tratam sobre emendas individuais e de bancada, respectivamente, e a importância de que todos os dirigentes se atentem ao cronograma e à qualidade da execução. O Sr. David ainda apresentou informações sobre as transferências especiais, destacando que, após a Decisão de Pedido de Fiscalização – DPF 854, e com a publicação da Lei Complementar nº 210/2024, os órgãos passaram a ser responsáveis pela análise dos planos de trabalho dessas transferências. Informou que foram enviados ofício pela SE a determinadas unidades para organização do fluxo de análise, a fim de tratar o passivo registrado na plataforma TransfereGov. Salientou que, para este ano, prevê-se o recebimento de 254 emendas, cujos planos de trabalho precisarão ser analisados. Por fim, abordou a revalidação de restos a pagar, destacando que, com a Lei Complementar nº 215/2025, foi possível solicitar a revalidação de R\$ 8,9 milhões anteriormente cancelados, para a aplicação em políticas públicas do Ministério. Informou que o processo está em análise pela Secretaria de Relações Institucionais – SRI.

5. Em relação aos instrumentos de planejamento e à prestação de contas, o Subsecretário informou sobre a revisão do Plano Plurianual – PPA 2024-2027, tratando-se de um trabalho técnico que necessitou de análises e conduções cautelosas. Após finalizado este processo, o Planejamento Estratégico 2024-2027, validado em junho de 2024, também será revisto à luz das alterações realizadas no PPA, a fim de que seja mantido o alinhamento entre os instrumentos. Para tanto, será enviado às unidades processo SEI dando início à revisão do planejamento estratégico, por ocasião da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, tendo como escopo: inclusão, exclusão e alteração de projetos e indicadores, com suas respectivas metas. Além de alinhamento com o PPA, mencionou a importância de manter coerência com os demais planos nacionais, como, por exemplo, o Plano Pena Justa.
6. Quanto ao monitoramento do planejamento estratégico, a Coordenadora-Geral de Direitos Humanos da PRF, Sra. Bruna Barcelato, apresentou o Projeto Estratégico MAPEAR 2.0, com 65,79% de execução (situação satisfatória), e que há mais de 20 anos realiza o levantamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. O projeto busca aprimorar o mapeamento com o uso de tecnologia avançada, em parceria com a Universidade Corporativa da PRF e a Childhood Brasil. Nesse processo, policiais avaliam os locais em diferentes horários, respondendo a um questionário objetivo, que classifica a criticidade de tais pontos, subsidiando ações de prevenção, fiscalização e resgate, além de fornecer dados importantes para a formulação de políticas públicas. A partir da identificação de

pontos com maior vulnerabilidade, é intensificada a presença policial e ações educativas sobre direitos humanos, tanto para os policiais quanto para a população local. Até o momento, 81 policiais foram capacitados com a nova metodologia e 17.687 pontos mapeados nas rodovias federais. O comparativo entre os números obtidos nos anos de 2023 e 2024 demonstraram que o trabalho de prevenção, com a catalogação dos pontos, a intensificação da presença policial e a promoção dos direitos humanos, tem efetivamente contribuído para a redução da necessidade de intervenções de resgate. Por fim, a Coordenadora destacou o lançamento do site mapear.prf.gov.br, que possibilitará que a sociedade conheça mais sobre a iniciativa e acesse um painel interativo dos locais mapeados em diversas regiões do país. Entre os desafios apontados, estão o contínuo aprimoramento da metodologia e a expansão do projeto para outros órgãos, o que é fundamental para ampliar o alcance do mapeamento tanto em rodovias federais quanto nas estaduais, fortalecendo cada vez mais a prevenção contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

7. Referente ao projeto estratégico Câmeras Corporais, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, e cujo percentual de execução encontra-se em 77,87% (situação adiantada), a Diretora do Sistema Único de Segurança Pública – DSUSP, Sra. Isabel Seixas, destacou as duas principais frentes da iniciativa: a implementação nas forças federais, como a Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, e o estímulo às polícias estaduais. O objetivo central é a profissionalização das instituições de segurança pública, abrangendo não apenas o controle do uso da força, mas também a proteção dos profissionais e a qualificação das evidências criminais, especialmente em processos judiciais e audiências de custódia. O projeto inclui todas as instituições de segurança pública e está estruturado nos seguintes eixos: i) diagnóstico; ii) produção de normas; iii) certificação de equipamentos; iv) capacitação; v) aquisição via convênios; e vi) avaliação de impacto. Em sua apresentação, expôs que o diagnóstico bibliográfico já foi publicado, enquanto o diagnóstico de percepção dos profissionais será concluído até o final do ano. Até o momento, mais de 780 profissionais foram capacitados, com previsão de capacitar 1.600 até 2026. Registrou ainda a elaboração e publicação de norma técnica rigorosa para garantir a qualidade dos equipamentos e a segurança dos profissionais quando de sua utilização, evitando o uso de modelos inadequados. O processo de contratação das câmeras está em andamento, a serem fornecidas para a FNSP, e posterior formação de uma ata nacional para adesão dos estados. O projeto também prevê a aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo, como *tasers* e espargidores, com várias unidades federativas demonstrando interesse. Em relação aos convênios, 13 propostas foram selecionadas no edital de 2023, resultando em 6 convênios firmados.
8. Em continuidade à pauta, a Subsecretária de Administração, Sra. Débora Januário, abordou o Plano de Contratações Anual – PCA do Ministério. A elaboração do plano é uma exigência da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.947/2022, que institui o

Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sob a coordenação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI. Internamente, a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – CPGC foi instituída por meio da Portaria nº 405/2020, composta por representantes de todos os órgãos do Ministério, por meio das chefias de gabinete e gestores de contratações. Comunicou aos presentes sobre o calendário do PAC, que estabelece o período de janeiro a abril para o planejamento de contratações pelas unidades, com aprovação em maio e revisão entre os meses de setembro e novembro. O plano de 2025 vem sendo monitorado, com elaboração de relatórios de riscos bimestrais, alertando que aquelas contratações não previstas no PCA 2025 devem ser submetidas formalmente à SE. Solicitou que os dirigentes alertem suas equipes para que forneçam as informações de execução do PCA de forma tempestiva à SAA, a fim de acompanhar e corrigir rumos, realizar reuniões específicas e garantir uma visão clara do andamento das contratações. A Subsecretária informou que o plano de 2026 já foi aprovado pela SE, com a previsão de 2.771 contratações. A partir do histórico de baixa execução frente ao planejado dos anos de 2023 e 2024, reforçou a necessidade de avaliar causas como capacidade operacional, orçamento e prazos.

9. Por fim, a Subsecretária de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI, Sra. Solange de Medeiros, apresentou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2024-2027, instrumento de planejamento e gestão dos recursos de TIC do Ministério, elaborado com participação das secretarias finalísticas e órgãos de assessoramento, e alinhado à Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027. O plano, que reúne 138 necessidades identificadas, das quais 54 estão em execução e apenas 5 concluídas, foi objeto de aprovação no âmbito do Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI e Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC, e previamente enviado a todos os titulares e aos pontos focais, via e-mail, no dia 26 de maio de 2025. O Secretário-Executivo, Sr. Manoel Carlos, submeteu aos membros do CGE a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2024-2027, sendo validado sem ressalvas. Retornando a palavra à Subsecretária, tratou ainda do Plano de Transformação Digital – PTD e o Projeto Acelera MJSP. Destacou que o PTD consiste em um documento pactuado com a Secretaria de Governo Digital – SGD do MGI, com foco em digitalização de serviços públicos e exigências de integração ao Gov.br. Por competir com o PDTIC pelos mesmos recursos, o PTD está alinhado ao planejamento de TIC do Ministério. Em razão da alta demanda e da limitação de recursos, foi lançado o Projeto Acelera MJSP, que propõe um modelo de provimento descentralizado de soluções de TI, com apoio técnico da STI. Inspirado na experiência da PF, o projeto já capacitou 45 servidores e possui 18 projetos em desenvolvimento, incluindo “Gestão Segura” (SENASP), “Celular Seguro” (SE), “Sistema de Alertas Rápido sobre Drogas” (SENAD) e “Senajus na Palma da Mão” (SENAJUS).
10. Por fim, o Subsecretário, Sr. David Freitas, comunicou os encaminhamentos da

reunião. Informou que o processo de revisão do planejamento estratégico será enviado às unidades e as propostas, posteriormente, submetidas à aprovação do CGE. Destacou ainda a intenção de realizar uma nova reunião no próximo mês, com data a ser definida. O Secretário-Executivo abriu espaço para manifestações, e não havendo intervenções, declarou que todas as pautas foram devidamente apreciadas, encerrando o encontro.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 24/06/2025, às 14:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ VINÍCIUS CELESTINO DE SOUSA, Assessor(a)**, em 24/06/2025, às 16:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Coordenador(a)-Geral de Controle Interno, Transparência, Integridade e Riscos**, em 24/06/2025, às 17:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade**, em 24/06/2025, às 18:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Viana Martinez, Diretor(a) de Promoção de Acesso à Justiça**, em 24/06/2025, às 19:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Coordenador(a)-Geral de Administração e Relações Institucionais**, em 25/06/2025, às 11:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Gomes Velloso, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 25/06/2025, às 16:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS**,



Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento, em 25/06/2025, às 17:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Debora de Souza Januario, Subsecretário(a) de Administração**, em 26/06/2025, às 12:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO RAPOSO NETO, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 17:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR PEREIRA SABBAT, Usuário Externo**, em 30/06/2025, às 11:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Teixeira Montezuma Sales, Consultor(a) Jurídico(a) Adjunto(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 07/07/2025, às 15:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Glautter de Azevedo Moraes, Diretor(a) de Inteligência Penitenciária**, em 10/07/2025, às 09:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Carlos de Almeida Neto, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 10/07/2025, às 16:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA LAMEGO TEIXEIRA SOARES, Coordenador(a)-Geral de Tratados e Foros Internacionais**, em 18/07/2025, às 10:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 21/07/2025, às 11:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo do Nascimento Martins, Usuário Externo**, em 28/07/2025, às 16:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 28/07/2025, às 18:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32056809** e o código CRC **44334B4C**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 32056809